



Número: **0804526-82.2020.8.15.0001**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **4ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho**

Última distribuição : **12/07/2021**

Valor da causa: **R\$ 5.400,00**

Processo referência: **0804526-82.2020.8.15.0001**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ITAU SEGUROS S/A (APELANTE)	SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)
EDIVANIO ALVES DA SILVA (APELADO)	RAPHAEL DE LIMA MARTINS (ADVOGADO)

Documentos		
Id.	Data da Assinatura	Documento
12434 430	03/09/2021 12:03	Embargos de Declaração
12434 431	03/09/2021 12:03	2741047_EMBARGOS_DE DECLARACAO_ACORDAO_2a_INST_01

ANEXO



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 03/09/2021 12:03:38
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21090312033777200000012388484>
Número do documento: 21090312033777200000012388484

Num. 12434430 - Pág. 1



EXMO. SR. DR. DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo: 0804526-82.2020.8.15.0001

ITAU SEGUROS S.A já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem a presença de V. Excelencia nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **EDIVANIO ALVES DA SILVA**, OPOR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, conforme passa a expor:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

Com a mais respeitosa vénia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão OMISSA em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira não só efeitos integrativos, como também, modificativos ao respeitável *decísum*.

Conforme consta do Recurso de Apelação houve erro de gradação da lesão na sentença guerreada, vejamos:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	R\$ 1.350,00

Repercussão	Valor da Indenização
50% (grau moderado)	R\$ 1.687,50
50% (grau moderado)	R\$ 675,00

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20010-020
www.joaoarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 03/09/2021 12:03:38
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21090312033818500000012388485>
Número do documento: 21090312033818500000012388485

Num. 12434431 - Pág. 1

Ocorre que, conforme explanado no mérito da sentença, o laudo traumatológico do IML, comprova a invalidez permanente de DEDO DA MÃO E NÃO DA MÃO COMPLETA.

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênia, eis que, demonstra fundamentação e dispositivo contraditórios ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Embargante opõe o presente, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Eis que os percentuais apurados de invalidez deveriam ter sido calculados levando em consideração a indenização máxima prevista para as **lesões apuradas** e para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Assim sendo, a Embargante, demonstra nesses autos, onde ocorreu o equívoco no valor da condenação arbitrado por sentença, eis que a ora Embargante fora condenada ao pagamento de indenização correspondente a gradação da lesão diversa da acometida pelo Embargado, desrespeitando legislação em preceito, afigurando-se o julgado em desvirtuamento da norma legal, merecendo ser reformada a sentença neste ponto para que haja aplicação da norma legal pertinente ao caso concreto, conforme o disposto no 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009 e Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça.

EMINENTE JULGADOR

São essas as razões pelas quais a embargante, invocando os áureos e doutos suplementos de Vossa Excelência, confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado-se os pontos contraditórios suscitados, sob a ótica dos artigos 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009, c/c com a **Súmula 474 do STJ** e Art. 1.022 do Código de Processo Civil, conferindo-lhes efeitos integrativos, por via de consequência modificativos, para o fim de prover integralmente.

A Embargante informa que pelo fato dos presentes Embargos terem efeitos infringentes, requer que seja feita a devida intimação da parte Embargada, para que esta venha responder as presentes alegações.

Neste Termos
Pede Deferimento

Campina grande, 01 de setembro de 2021

JOÃO BARBOSA
4246-A - OAB/PB

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 03/09/2021 12:03:38
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21090312033818500000012388485>
Número do documento: 21090312033818500000012388485

Num. 12434431 - Pág. 2